'BRASIS BRASILEIROS': DAS 'CORES, MISTURAS E ETNIAS' OU QUAIS POLÍTICAS DE DIFERENCIAÇÃO FAZEM SENTIDO?

Helena Ponce Maranhão (UFRJ e IPHAN/MINC)

Examinam-se categorizações referidas às conformações identitárias brasileiras no contexto contemporâneo. A emergência de imbricadas questões impôs averiguar concepções quanto a etnicidade desde registros discursivos de 85 universitários/as inscritos em cursos de formação docente.

De modo que se vislumbrem mínimos parâmetros indispensáveis à circunscrição do debate empreendido bem como aos esforços para problematizar o 'diálogo' com tais representações pontuam-se definições atinentes aos referenciais étnicos em suas implicações sócio-antropológicas e políticas.

Delimita-se *"... grupos étnicos como formas de organização social em populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, constituindo uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem"* (cf. Barth, apud, Cunha, 1983).

Esta posição prioriza a auto-identificação dos sujeitos e o reconhecimento da sociedade envolvente em relação à cultura grupal exibida. Esses agrupamentos se percebem mutuamente e são entendidos: *"... pelos outros como portadores de uma cultura e tradições que os distinguem de outros"*.

Compreende-se *"... a cultura como algo essencialmente dinâmico e perpetuamente elaborado (...) em vez de ser o pressuposto de um grupo étnico é de certa maneira produto deste"*.

Componentes como "origem" e "tradição" concernem à maneira *"... como se concebem os grupos: em relação ao único critério de identidade étnica, o de serem ou não identificados e se identificarem com tais..."*. Contemporaneamente, essa problemática reside: mais "nas fronteiras sociais do grupo" do que na cultura nelas encerradas e na consideração que tais coletividades dispõem de "mecanismos de adoção ou de exclusão de indivíduos" (Cunha, 1983, pp. 116-118).

Trata-se de "elaborações ideológicas", não importa se 'verdadeiras ou não', pois não afetam fundamentos identitários da adesão. O mesmo ocorre no tocante às referências nacionais e seus reconhecimentos.

Logo, parâmetros delimitadores deverão servir se permitirem confrontar, com criticidade: desde fronteiras grupais envoltas em desigualdades sociais até relativas singularidades culturais no seio da ordem abrangente hegemonizada.

Existem diversidades com significados sociológicos e políticos distintos, que vão de meras diferenças regionais, culturais e políticas, porque os lugares, sociedades, grupos humanos e pessoas são variados, até aquelas que expressam desigualdades socioeconômicas entre regiões, entre classes, segmentos ou grupos sociais e indivíduos (cf. Maranhão, 2000, pp. 23-24).

Enfim, cabe discutir que diferenças são mais ou menos privilegiadas, como se articulam, flutuam ou transitam para não apenas ficar transmudando 'reinos da necessidade e da liberdade' num vago *reino de diversidades* (cf. Maranhão, ibid).

Ir além de banais reduções que confinam múltiplas, imbricadas e iníquas diferenciações grupais à simples 'diversidades étnicas'. Contudo, sem olvidar a inestimável contribuição ética da etnicidade como problema conceitual-empírico, que permite questionar ideologias, políticas e condutas discriminatórias implementadas bem como instigar reflexões voltadas à crítica do 'nacional' e, por conseguinte, à formação da cidadania.

Em vista do presente cenário socioeconômico no qual se globaliza – com acentuados propósitos políticos e mercadológicos – a 'cultura localizada estadunidense' (cf. B. S. Santos, 1997), conviria interpelar a respeito de a natureza da eficácia política de discursos que reduzem a 'grupos mais ou menos fragmentários' ou apenas enfatizam 'fragmentações grupais' (de várias ordens dentre elas étnicas) no interior das

construções nacionais. Quais seriam os ‘efeitos pulverizadores’ de certos reducionismos ideológicos nas identidades nacionais supostamente ‘sub apreciadas’?

Não se trata de cultivar xenofobismos. Mas face à avassaladora globalização de hegemonias culturais, revigorar ‘centragens nas identificações’ – sempre relativas – poderia reconstituir singularidades politicamente mais eficazes aos conjuntos socioculturais ‘depreciados’ e às próprias nacionalidades que se entende ‘subalternizadas’.

Mereceria, nestas circunstâncias, atenção às dimensões identitárias nacionais? Quais são as eficácias simbólicas e políticas implementadas que criticamente poderiam potenciá-las? Ou ao contrário, por carência de clareza na criticidade, ainda contribuir para pulverizá-las? Se e quantas resistências culturais subjazeriam nelas mais ou menos positivadas (ou não)?

Será que certas singelezas argumentativas erigidas pela intensificação de fracionar em *‘microfiliações’* tantas identificabilidades não representariam ingênuas convergências ao hegemônico individualismo, com suas estratégias mercadológicas e comprometida dilapidação de quaisquer ações coletivamente mais extensas? Será que ao se imaginar ‘diferir’ por banais apologéticas a multiplicar *‘microidentidades’* estar-se-ia, de fato e de impremeditado viés, deferindo ainda essa consensualidade liberal-individualista? Ao se entender ‘divergir’ enquanto intento político de expandir criticidades em face de imposições unidimensionais a amplos coletivos; acentuados desmembramentos identitários não importariam crassos equívocos táticos?

Tais processos interpretativos envolvidos na etnicidade e na nacionalidade – compostos na complexidade de dinâmicas históricas, culturais, ideológicas, educativas etc. constitutivas aos contextos das sociedades abrangentes, aos seus enfretamentos grupais, as suas políticas identitárias – são, porém, acercados sob a ótica das assimilações discentes em tela.

No tocante à opinião sobre auto-identificação étnica (ou não) – estimulada pela pergunta: você acha que pertence a algum grupo étnico (ou etnia)? (na qual se solicitava resposta com justificativa); dentre estes (85) estudantes: 20 (23,53%) declararam afirmativamente; 27 (31,76%) negaram tal pertencimento; 20 (23,53%) indicaram desconhecer o sentido destes termos (etnia ou grupo étnico); 15 (17,64%) ‘comentaram a pergunta proposta, mas não explicitaram concordância ou não’ – embora, em alguns casos, posicionamentos estão sugeridos em seus registros; 03 (3,53%) não informaram qualquer resposta ao quesito.

Ao se cotejar as (04) turmas investigadas, o subgrupo matriculado no 1° período da Licenciatura em Letras foi mais taxativo do que os demais na negação de vinculação étnica – correspondendo a mais da metade das opiniões negativas (15 ou 55,55% daqueles 27 discentes com respostas negativas). Foram também os que mais apontaram desconhecimento do sentido desta expressão (09 dentre os 20 que assinalaram não saber o que é grupo étnico – ou seja, 45%). Deve-se, porém, ponderar que estes eram alunos/as recém-ingressados no ensino superior.

No entanto, em relação aos universitários/as em foco: caso se agregue os (20 ou 23,53%) que mencionaram não conhecer o significado dos termos propostos aos (27 ou 31,76%) que negaram identificação étnica, bem como aquelas (03 ou 3,53%) que não informaram – permitindo, pois, presumir que não estariam aptas, seguras, dispostas a emitir respostas; contabiliza-se 50 (58,82%), isto é, mais da metade destes respondentes que não tendiam a apreender ou admitir tal demarcador.

Opiniões arroladas sugerem relativo apartamento dessas questões não apenas de seus repertórios cognitivos, mas provavelmente daqueles inteligíveis às crenças, valores e representações de extensos segmentos na sociedade brasileira. Acrescente-se essa problematicidade vem sendo introduzida por meio de debates ora acadêmicos ora de grupos politicamente interessados.

Mas analisando-se o teor das respostas obtidas poder-se-á ponderar: a) se supostas ‘clivagens’ étnicas estariam representadas aos sujeitos em estudo pelos significantes propostos (etnia ou grupos étnicos) e permitiriam suscitar neles elementos identificadores ou significativos; b) confluências entre as opiniões negativas e os ‘comentários sem explícita afirmação ou negação’ sobre tal pertença; c) persistência de significados histórica e ideologicamente consolidados quanto às diversidades étnicas ou culturais independentemente da posição enunciada; d) *se* e *quais* convergências comparativas são observáveis nesses juízos em suas relações ao problema da etnicidade.

Eis associações enunciadas em proximidade às focalizações dos respondentes (segundo turma de ocorrência), porquanto estejam interpenetradas ou imbricadas nas opiniões apresentadas[1]:

1. RESPOSTAS AFIRMATIVAS SEGUNDO ÊNFASE NAS RAZÕES APRESENTADAS

[1] A transcrição das razões está preservando recursos ortográficos usados pelos respondentes (parênteses, reticência etc. – até incorreções) pois sugerem o grau de centralidade da idéia registrada.

MISTURA E/OU MESTIÇA E/OU RAÇA E/OU POVO E/OU BRASILEIRA

Licenciatura de Letras (1° período)

"Sim, o que eu entendo de grupo étnico é aquele que se forma com pessoas de origem em comum. Etnia para mim são diferentes origens, formações e crenças. Para mim o povo brasileiro é um só, mas de origem e formação diversas. Eu pertenço a um grupo étnico, de origem africana, portuguesa e indígena (os dois últimos mais próximos que eu saiba). Da origem africana eu deduzo por ser descendente de negros brasileiros."

"Sim, só não sei qual, pois sou brasileira e descendo de várias etnias."

Pedagogia (3° período)

"Sim. Brasileira (Porque houve mistura de raça)."

"Pertenço a uma etnia, faço parte de um grupo originado da mistura das raças que formam o povo brasileiro."

Licenciatura de Letras (3° e 4° períodos)

"Sim. Acredito pertencer alguma etnia, pois Brasil é uma grande mistura de raça. Podemos perceber mais claramente quando olhamos para alguns tipos, que mesmo tendo a cor branca, seu cabelo é crespo, ou seja, não existe raça pura."

Pedagogia (5° período)

"Sim, porque pertenço a um agrupamento humano classificado pela origem comum de raça. Meu pai é pardo. Minha mãe é branca de olhos verdes. E o que predominou em mim foi a cor branca e os olhos verdes."

"Pertenço a etnia da mistura de raças (negro com branco)."

Emergem da afirmação dessa "mistura étnica brasileira" a primazia dos critérios de 'cor' ou de 'raça'. A cultura (enquanto valores, formas e expressões compartidos) está bem esmaecida.

Claras menções às características físicas sinalizam a persistência dos recortes 'raciais' nestas concepções a respeito da etnicidade e aparecem referências aos grupos tradicionalmente reconhecidos na formação do Brasil.

Encontra-se, porém, a identificação no compartilhamento de normas e valores: *"Pertenço à etnia brasileira. Por que resido aqui e me enquadro dentro dos padrões convencionais"* (5° período de Pedagogia) – sugerindo costumes ou comportamentos

como demarcadores de sua afirmação de pertença. Insinuar-se-ia a delimitação territorial relacionada à cultura como critérios? O que supõe relação mais estreita às nacionalidades e seus reconhecimentos.

Em continuação às respostas afirmativas segundo focalizações apresentadas surgem peculiares – ou mesmo inusitadas – justificativas:

CLASSE SOCIAL E/OU RAÇA

Licenciatura de Letras (1° período)

"Sim, dos excluídos, porque... não faço parte do grupo das elites que Dominam o país."

Licenciatura de Letras (3° e 4° períodos)

"Sim. Toda cultura é uma etnia; qualquer classe social com diferentes culturas é uma etnia específica. Classe média"

"Sim. Raça branca, classe média-baixa e nível universitário."

Além destas precárias apropriações que sob a denominação étnica acentuam posição ou classe social, embaralhando ou até obliterando tais fronteiras nocionais – embora essas possam ser convergentes em vários casos empíricos nos quais grupos culturais depreciados em suas identidades vivenciam desigualdades socioeconômicas; observa-se, contudo, para os que admitem aquele pertencimento: ele está 'racialmente' involucrado na mestiçagem tão associada ao imaginário nacional e, portanto, se etnia 'brasileira' é percebida enquanto factível a mistura seria seu fundamento.

Das posições afirmativas vislumbrar-se-ia terreno instigante para criticar critérios racistas e relativizar a exacerbação de balizadores como etnicidade que se mostram estranhos e, por isso, remotos ou alheios aos 'brasileirismos e suas concepções'? Aspectos anunciados nas demais significações colhidas propiciarão enquadrar mais à problemática, no momento, só antevista. Exemplificam-se opiniões negativas quanto à auto-identificação étnica:

2. RESPOSTAS NEGATIVAS SEGUNDO ÊNFASE NAS RAZÕES APRESENTADAS

MISCIGENAÇÃO E/OU MISTURA (CORES, RAÇAS, CULTURAS) NO BRASIL (E/OU BRASILEIRO/A)

Licenciatura de Letras (1° período)

"Não, pois me considero uma pessoa que tem diferentes origens, herdadas de seus pais, sendo portanto descendente de diferentes grupos étnicos."

"Não. Porque eu me vejo como produto de um longo processo de misturas (miscigenação) de raças, grupos étnicos, culturas, etc. (...) vejo-me como o resultado de um intenso processo de miscigenação que ocorreu, e ainda ocorre, no Brasil desde o descobrimento."

"Não, porque aqui somos mestiços, não temos etnia definida."

"Não. Porque no Brasil há uma mistura de etnia, então é difícil falar que pertenço a uma."

Pedagogia (3° período)

"Não, acredito que eu sou fruto de mistura de raças, onde existem Portugueses, Espanhóis, Africanos, Japoneses e outros."

Licenciatura de Letras (3° e 4° períodos)

"Quanto ao meu conceito de etnia, acredito que não pertenço a um grupo específico, pois apesar de minha cor ser branca, tenho uma mistura de raças que vai além da cor. Minha mãe é filha de negro com branca e meu pai filho de brancos."

"Eu acho que não pertenço a nenhuma etnia, pois sendo o povo brasileiro formado por uma grande mistura de raças, eu acredito que no Brasil não há divisão de raças ou etnias."

Encontram-se matizes que sugerem certa compatibilidade à noção vigente na atualidade porque acionam a ausência de identificação ou de "interesse" para negar adesão: *"Não pertenço a nenhum grupo étnico, porque não identifico-me com nenhum"* ou *"Não pertenço a grupo étnico nenhum. Porque não tenho interesse em pertencer a nenhum"* (1° período da Licenciatura de Letras).

Aparecem justificativas insinuando a 'diferença' como demarcador étnico (3° e 4° períodos da Licenciatura de Letras; 1° período da Licenciatura de Letras): *"Não acho que pertenço a nenhum grupo étnico, pois não me vejo diferente das pessoas que eu conheço (próximas ou não)"*; *"Não pertenço a nenhum grupo étnico. Porque não sigo nenhuma diferente das estabelecida na sociedade brasileira"*.

Tal referente é situado como significante de "diferente", denotando "pessoas" e grupos vistos como distantes ou alheios às normas, padrões, costumes, etc. cotejados ao âmbito grupal ou nacional.

Eis apreciações que apartam esta problemática da dimensão grupal que lhe é própria: *"Não pertenço a nenhum grupo étnico, pois tenho a minha própria filosofia de vida e meus conceitos de cultura"*; *"Não, possuo meus próprios ideais culturais"* (1° período da Licenciatura de Letras). Por serem estas colhidas dentre estudantes recém-ingressados no ensino universitário, ficariam mais manifestadas imprecisões nas maneiras de apreensão do tema focalizado.

Não obstante, deve-se relativizar tal influência porque se notam diferenças internas neste subgrupo (como nos demais), traduzidas na variabilidade de consistência na forma de apropriação temática e estas estariam relacionadas às diversas experiências sociais, educacionais e familiares e aos grupos de referência significativos nestas vivências discentes.

Mas, nestas apreensões recém-ilustradas: a cultura sofre 'pessoalização' e aplicação mais imediata à etnia, o que reduz a extensão empírico-conceitual nela abrangida. Estaria sua significação revestida por certas concepções correntes as quais denunciam vulgares e fragmentárias apropriações? São usuais na sociedade expressões elogiosas como 'esta é uma pessoa de ou com cultura', subjazendo aí a crença na possibilidade de existir afora dela pela equivocada atribuição de um falso 'estado de incultura' pessoal ou ainda grupal.

E, portanto, instiga lembrar: se, segundo Gramsci (1978), o homem comum tem sua filosofia (popular), sua cultura, seus 'ideais' que não veria, de per si, nitidamente por que contestar, pois é a forma dele e dos outros que o cercam viver – contudo (nos casos ora referidos) este banal cotejamento supõe-se até elidido.

Tais expressões sinalizam carência na compreensão de elementos abrangidos na etnicidade, bem como previsível alheamento desta 'clivagem' para extensos segmentos da sociedade brasileira.

Existem apreciações genéricas que – mesmo ambíguas – parecem sensibilizadas a perceber que a "raça" é hoje um demarcador questionado: *"Não. Acredito que a questão racial estaria indo em direção a soluções universais"* (3° período de Pedagogia).

Todavia, não dispensa à repetitiva associação compartilhada (seja afirmando seja negando à auto-identificação): a problemática étnica é pensada por componentes 'raciais' ou se quiser está visceralmente *"racializada"*.

Ilustram-se razões discentes que ‘comentaram a pergunta proposta sem registrar sim ou não’:

3. COMENTÁRIOS SEM AFIRMAÇÃO E NEGAÇÃO SEGUNDO ÊNFASE NAS RAZÕES APRESENTADAS

MISTURA E/OU RAÇA E/OU MISCIGENAÇÃO E/OU MESTIÇA (NO BRASIL E/OU BRASILEIRA)

Pedagogia (3° período)

“Pertenço a uma mistura de raças que não foi muito bem definida.”

“Mistura de raças (Brasileira).”

Licenciatura de Letras (3° e 4° períodos)

“Se o conceito de etnia for o mesmo de raça, eu pertenço à raça branca. Não é raça pura porque isso não existe no Brasil devido à grande miscigenação.”

Pedagogia (5° período)

“Minha é branca (italiana) meu pai não sei. Não sei definir qual pertenço. Acho que sou branca.”

“Quem sou eu? Qual a minha origem? Minha pele é clara, e tenho cabelos castanhos e olhos castanhos claros, mas nem por isso me considero uma pessoa de cor branca, pois há uma mistura enorme na minha descendência. Meus avós paternos são de origem alemã, indígena e portuguesa. Meus avós maternos são de origem portuguesa, italiana e negra. Com toda essa miscigenação, não há como definir a etnia.”

“Me considero mestiça, pois embora meu pai seja branco, há na minha família bastante influência negra, uma vez que meus avós maternos eram índios e negros (avó e avô respectivamente).”

Estas apreciações classificadas ‘comentários sem explícita afirmação ou negação’ – embora posicionamentos subjazam – visam contornar suposições que não tivessem indícios apoiados nas enunciações discentes. Mas ao sugerirem restrições à possibilidade de auto-identificação étnica são convergentes aos juízos que a negaram.

Nestas opiniões estariam também presentes percepções que dissociam traços como “mistura de raças ou miscigenação” da noção de “etnia” – isto é, entendendo-nos

enquanto qualidades não muito compatíveis entre si – uma vez que este segundo referente sugeriria "pureza" e "homogeneidade".

Têm-se justificativas alusivas a descontinuidades nos termos: *"... Fica difícil determinar a etnia 'pura', devido a essas misturas de raças"*; *"Eu não pertenço a uma etnia homogênea, sou como a maioria do povo brasileiro, resultante de uma miscigenação"* (3° período de Pedagogia). Se uma aventa, em contraposição à "mistura", a reincidente relação entre "etnia" e "raça" ao acionar a genuinidade como atributo de ambas, a outra parece dela partilhar ao opor 'homogeneidade' étnica à "miscigenação do povo brasileiro".

Tais 'comentários sem explícita afirmação ou negação' não ocorreram no subgrupo recém-ingressado no curso superior (1° período de Letras). Será que pouco ou não iniciados, logo sequer ou debilmente influenciados por esta complexa problemática politizada e acadêmica estes sujeitos não foram movidos por preconceber expectativas quanto a presumidas respostas esperadas à pergunta que lhe foi dirigida e, por isso, não se imaginaram talvez compelidos a menores ou maiores 'ambivalências' apreciativas verificáveis em universitárias/os das turmas mais veteranas?

Comparativamente, as turmas pedagógicas afirmaram mais pertencimento étnico (3° e 5° períodos respectivamente): 05 (25%) e 06 (30%). E, notoriamente, dispuseram-se a esboçar os aludidos 'comentários': num total de 15 expressões assim classificadas, 08 (53,33%) e 06 (40%).

Se estas estimavam familiaridade ao tema em questão – o que seria razoável, pois estavam mais além da calourice, mormente, as graduandas inscritas no 5° período que se encontravam na metade do seu percurso universitário.

Mas, em seus encaminhamentos transparecem instabilidades cognitivas próprias a intentos nos quais fragmentários conteúdos de superfície são repetidos porque não se têm fixado referências, experienciais ou conceituais, para articulá-los com relativa consistência. Insinuar-se-iam daí ensaios inspirados na vã suposição de expectativas sobre o que lhes assemelharia compatível às pretensas respostas políticas e academicamente louvadas?

Apesar de seus esforços, retomam o que está de fato consolidado, com significativa persistência, em seus acervos imagéticos. Firmados que são em vivências numa sociedade que não se tem representado por demarcação étnica, mas sim se reconhece 'racial', cultural e ideologicamente peculiarizada em mesclas – mesmo que, ao longo do

processo societário brasileiro, tenha se homogeneizado *'diversidades em semelhanças não equivalentes'*.

Tanto à problemática da desigualdade social quanto às perspectivas comprometidas com a complexidade cultural, seus processos de hibridação, o que estaria na realidade em jogo sob estas formas representativas apreciadas, considerando-se mais especificamente a tarefa de formação docente? Qual pertinaz impressão assoma?

Não se tem satisfatoriamente investido na transmissão e promovido com relativa clareza a assimilação de concepções essenciais à compreensão de fatos sociológicos intrínsecos às diferenciações coletivas. Tenham estas (maiores ou menores) prevalências nas dimensões socioeconômicas, culturais e/ou étnicas.

Sem instrumentais analíticos básicos fica difícil, senão impossível, empreender com alguma conseqüência a crítica – ultrapassando movediças repetições que, num arrojo metafórico, afigurar-se-iam macaqueações. Ainda mais inexeqüível torna-se a possibilidade de rever para renovar...

Em vista de versões '*raciológico-miscigenadas*' da formação histórico-demográfica do Brasil que lhes são mais familiares, dos cotidianos reconhecimentos socioculturais experimentados por amplos segmentos na sociedade brasileira os quais não costumam referenciar etnias e do teor prevalente destas associações sob exame se confrontadas à ótica contemporânea da etnicidade; tal temática não tende assumir nítida ressonância semântica e simbólica na medida que pouco dota de sentido suas políticas de diferenciação ou se quiser, de identificação.

Nas opiniões positivas, negativas ou 'comentários' e suas focalizações emergem significativas similaridades nos critérios delimitadores de "etnia" ou "grupo étnico" acionados pelos sujeitos em tela.

Surgem, porém, enunciados mais modalizados na ênfase escolhida: *"Sou descendente de índio, não me sinto uma índia, mas, me sinto uma guerreira"*; *"A etnia a qual pertenço é da raça humana. Porque independente de raça, cor, clero* [credo],... *somos humanos perante a Deus"* (3° período de Pedagogia).

É plausível relacionar este juízo citado ao seguinte que, no entanto, assinala negação de auto-identificação étnica: *"Não pertenço a uma etnia classificadora, discriminadora. Sou da humanidade, sou terrestre, cidadã do mundo universal"* (3° período de Pedagogia).

Num caso faz-se imediata associação entre indígenas e etnia, mas metaforiza-se na apropriação. Noutros noções antidiscriminatórias são entremeadas nas conexões de

"etnia à raça ou à discriminação", quem sabe numa difusa sugestão de igualdade e de cidadania, ao menos, na humanidade?

Quanto a componentes relacionados a identificadores grupais – tais como "origem" e "tradição" – o enfoque de um aluno contempla-os de modo mais aproximativo e, provavelmente, resulte dele trazer uma factual vivência de pertencimento étnico – ou seja, seu contato com tal designação não estaria, por presunção, restrito aos discursos acadêmicos e até seus proselitismos. Sua apreciação é, contudo, distanciada deste envolvimento: *"Não. Porque mesmo possuindo ascendentes judeus, a minha família não preservou as tradições"* (1° período da Licenciatura de Letras).

Resgates da formação sociocultural brasileira – convergentes aos posicionamentos afirmativos observados quanto à auto-identificação – reaparecem: *"Não sei se vou responder adequadamente, mas pertenço a raízes das formadoras do Brasil (sou brasileira)"* – 5° período de Pedagogia. Vêm reforçar a impressão de que noções relacionadas às identificações étnica e nacional têm funcionado como assemelhadas no reconhecimento cognitivo destes universitários/as. Possivelmente, como decorrência própria do apartamento temático e vivencial da primeira 'clivagem' do repertório ideológico não apenas deles, mas de extensos segmentos da sociedade brasileira.

Mas, as fronteiras empírico-conceituais destas designações não são obrigatoriamente confluentes nas construções políticas e imagéticas referidas às coletividades nacionais. Porque estas estão em prima ordem contidas pelo poder do Estado, sua ação circunscrevendo dado território geopolítico, o que nem sempre acontece aos agrupamentos que se representam 'clivados' por auto-reconhecimentos étnicos.

Nota-se que marcadores étnicos são estranhos aos modos significativos e, portanto, operativos que foram consolidados nas imagens do Brasil e dos brasileiros. O que não acontece à identidade nacional e ao traço 'racial'. É por isso que 'raça' e nação – em alguns casos, traduzidas em "etnia brasileira ou da mistura" – são os signos mais reincidentemente apropriados pelos sujeitos para situar o questionamento étnico que lhes foi proposto – quer concordando, quer discordando, quer apenas 'comentando' e assim sugerindo significações.

Em vista de seu sentimento de pertença brasileira, algo de perplexidade insinua-se ao que lhes afigura, a partir de suas concretas experiências, mais um 'suposto' balizador. Tal constatação não pretende desqualificar a relevância de questionar segregações étnicas e a natureza das diferenciações estereotipadas produzidas aos que

são nelas incluídos junto a estudantes (mormente universitários) e demais segmentos societários.

Esses questionamentos supõem situar as problemáticas sempre em cotejo aos contextos sociais no qual os sujeitos educativos estão inseridos para que possam apreender, com razoável propriedade crítico-comparativa, tanto suas peculiaridades histórico-culturais quanto às relativas aos demais conjuntos societários – condição esta indispensável à efetiva adoção de uma ética compreensiva do humano na universalidade de sua diversidade.

Por outro lado, nas circunstâncias brasileiras, reduzidos agrupamentos culturais indígenas – sobreviventes do extermínio colonial e pós-independência – seguem, sob o manto da 'invenção nacional', resistindo (mais ou menos) em suas identidades étnicas. O mesmo supõe-se plausível em relação aos descendentes de quilombolas. Contudo, não parece ser tão convincente sua extensão às formas de auto-identificação de numerosos segmentos, grupos sociais ou até indivíduos reconhecidos como "pardos" e "mestiços", dentre outras nomeações referidas aos chamados "não-brancos".

Porque afora a atuação dos movimentos de afirmação "negra" ou "indígena", que, muitas vezes, predicam para si tal demarcador, não se pode, com segurança, espraiar o senso de pertença étnica e o sentimento identitário que lhe é correspondente a amplas contingentes societários tidos por origem neles envolvidos.

Aspectos simbólicos oriundos destes grupos componentes da sociedade brasileira foram incorporados na cultura nacional hegemonizada. O que leva a constatar eficiente ardil imagético engendrado, em especial ao longo do século XX, pelas elites dirigentes e intelectualidade do país. Por exemplo, com respeito a implicações políticas e ideológicas configuradas no mito da "democracia racial brasileira" – que não pode, porém, dispensar reflexão de seu inarredável discriminante social.

Se não é demasiado afirmar: este 'enredo harmônico' ainda exige questionamento na persistência de padrões comportamentais preconceituosos face aos reconhecidos como "não brancos"; também não o é quanto ao terreno (nem um pouco mítico) que o fecundou e persiste fertilizando-no e está, em primeira instância, topograficamente assentado na desigualdade social. Esta sim sempre desfocada e relegada no projeto brasileiro de construção democrática e, portanto, reducionismos críticos com ênfase apenas no qualificativo 'racial' – que para alguns pareceria mesmo suficiente – têm inadvertidamente contribuído para deslocar o que lhe é, de fato, crucial.

Quanto à nacionalidade brasileira projetada na mítica de seus grupos formadores – processo comum em formulações imagéticas nacionais – se assume primazia como critério do sentimento de pertença e da identificação que lhe é decorrente; peculiariza-se na assunção de diferenciáveis por "raça" que se misturaram.

Verifica-se a predominância do marcador 'racial' quer na questão étnica e seus derivados nocionais, quer nos referenciais relacionados à nacionalidade em pauta. E, em síntese, poder-se-ia dizer que não se pode falar de "Brasil e de brasileiros" sem falar de "raças" e suas misturas. Claro que não se trata de novidade – é o que se acostumou esperar...

Por que mirar com insistência essas produções imagéticas? É para criticá-las, assim se costuma responder. E com essa preocupação muitos revolvem noções na busca de tornar conceituar 'realidades', suas práticas e as condutas nelas manifestadas.

Mas, será revolver só remexer? Ou imporia mais empenho questionador para ensaiar além de vaniloqüências tais como trazê-las sem muita atenção aos arcabouços conceitual-empírico e histórico-cultural nelas investidos (com suas imbricações político-ideológicas)? Exigiria problematizar o modo como certas concepções estariam inseridas ou não aos contextos em questão, refletiriam ou não experiências significativas aos atores sociais neles abrangidos?

Com respeito à problemática étnica no contexto brasileiro estariam esses sujeitos educativos sendo reduzidos a depositários de algo que não sendo reflexo de suas experiências coletivas sequer tem sido com suficiência intermediado, ao menos, em sua preliminar aproximação nocional, quanto mais no esforço que a crítica apropriação conceitual demanda?

Tais interpelações justificam-se porque o grupo em tela é constituído de estudantes em formação para a docência e neles têm-se professoras/es de ensino fundamental. Daí, sendo estes agentes também responsabilizados pela disseminação de memórias sociais, deve-se investir para dilatar seus questionamentos, visando rever enredos incorporados, acenar com outros e quem sabe colaborar para renovar dadas composições imaginárias? Projeto esse a ser sempre ambicionado e, portanto convém, apesar de o risco, inquirir persistentemente tais compreensibilidades.

É o que tem sido ora tentado sem, no entanto, esquecer nos 'vãos das histórias' paradigmas críticos, mas identificadores da relativa peculiaridade imaginária brasileira. Entende-se que resgatando, questionando e revisando arranjos imagéticos nela

engendrados poderá ser possível refazer singularidades nacionais e resistir *com e por elas*.

Enfim, não condiria relegá-los com se fossem mais outro engenho nacional a descartar, tampouco singelamente contentar-se na transposição de questões pouco assentadas porque desprovidas de seus nexos histórico-sociais a respeito da diversidade étnica e/ou cultural. E, por mera importação, querer logo aplicá-las sem as imprescindíveis mediações críticas também.

Mesmo que as problemáticas transladadas estejam compatíveis aos específicos contextos societários – por exemplo, europeus ou norte-americanos – para os quais foram refletidas; podem, contudo, não admitir direta assunção ao que com sagacidade tem-se aventado *"para uma sociologia do dilema brasileiro"* (cf. Da Matta, 1979).

Será que esse essencial 'redescobrir' contemporâneo destes *hibridismos culturais nacionais*, não afiguraria, às vezes, 'tão renovadamente original' apenas pelo simples fato de estar recém-embalado na observação de dinâmicas antes desapercebidas ou até denegadas na história daquelas sociedades?

Idealizar-se *monocultural* é mero artifício mítico que ao ser 'descoberto' só possibilitaria surpreender aos que, algum dia, assim se imaginaram. Ou ainda hegemonizar tal ideal, procedimento plausível de atribuir ao enredo mitológico estadunidense. Pois, apesar de seu *melting pot* aludido mais para sustentar a integração ao *american way of life*, persiste bem marcado pela etnicidade e suas separações e/ou pela "raça" e suas diferenciações identitárias (mais ou menos discriminadas)[2].

A respeito desta formação histórico-social já se destacou (no passado era fato incontestável): para um "imigrante" tornar-se um 'adequado norte-americano', era consensualmente desejável assimilar língua e valores comuns sob os auspícios da "cultura protestante branca dominante" (cf. Booth, 1998). Enfim, aproximar-se dela na medida do possível a cada grupo: uns mais – europeus, outros menos – por exemplo, "negros ou índios racialmente" estigmatizados e vulnerabilizados face ao modelo em

[2] Quanto à expressão *'melting pot'* traduzível por "panela, caldeira ou caldeirão no qual se fundem, derretem ou dissolvem elementos variados que comporão uma certa mistura". Nas atuais discussões da problemática interétnica ou *intercultural* nos Estados Unidos da América, tal idiomatismo assume também o sentido de "potenciômetro de derretimento" das tensas relações entre seus diversos grupos socioculturais. Quanto ao *'american way of life'* – o qual deveria melhor ser especificado como estadunidense, já que todos que vivem nas Américas (Sul, Central e Norte) são obviamente merecedores da designação de americano. Até o termo norte-americano atribuído aos seus nativos (EUA) não é tão ajustado como parece, pois, mexicanos e canadenses também o são no tocante à localização continental de seus países. Enfim, vale sempre estranhar o que se impõe consagrado.

questão. Essa imagem *monocultural* está sumarizada pelos adeptos das fórmulas práticas numa mera sigla: WASP.

Outros desdobramentos decorrentes deste 'ideal' concretizado têm sido atualmente problematizados quanto à história e a política *intercultural* estadunidense. Se a promessa que todos os imigrantes podem ser transformados em norte-americanos, forjou um cadinho da democracia, da liberdade e da responsabilidade civil? Quais as implicações profundas para uma sociedade que, de um lado, pela tradição paga tributos às raízes imigrantes, e, de outro, confronta-se de modo complexo com divisões étnicas e "raciais" profundamente enraizadas? Ou talvez evoluirá para algo próximo de uma sociedade pluralística baseada em algumas idéias nucleares em torno da cidadania e do capitalismo, mas com pouca interação significativa entre grupos? (cf. ibidem).

Esses são dilemas próprios aos estadunidenses que só a revisão insistente de seus paradigmas de ação, dos mitos que os sustentam e das hegemonias que os 'legitimam' podem contribuir no refazer de seu espelhar...

Mas, não parecem sequer profícuos e muito menos seria sensato imaginar simplesmente transladá-los, porque não se mostram nem tão convincentes para atrelar e explicar determinadas circunstâncias histórico-sociais...

Estariam ainda tais "globalizações de localismos" (cf. B. S. Santos, 1997) cotejadas a idéia de uma "sociedade pluralística" cada vez mais nucleando apenas 'cidadanias' na superentidade mercado – isto é, sob a égide desta hegemonia capitalista? Presumidas variedades étnicas seriam interessantes nichos mercadológicos a explorar – quem sabe, a 'Benetton e outras grifes' poderiam melhor responder?

Da digressão deste 'globalismo de mercado' e não cabe descartar suas consideráveis interferências ideológicas nas recomposições imaginárias e nas políticas identitárias contemporâneas, retoma-se o vértice comparativo que ora interessa.

Apesar de tantos paradoxos, a nacionalidade brasileira foi, por suas transversas vias, instada a pulverizar mitologias *monoculturais* a fim de se inventar enquanto tal.

Mesmo com 'mal-estar' nem tão outrora ocasionado por este inevitável *mesclar a hibridizá-la* – como se a nação ficasse aquém do que representaria o 'ideal moderno' – desconfortando elites e estratos médios que se viam 'racial' e culturalmente abrancados.

Cotejava-se ao universo brasileiro referências européias e a estadunidense em vista da 'genuinidade branca puritana' a qual privilegiadamente a amoldou. Essas enviesadas hegemonias e seus sociocentrismos prevaleceram.

Sentimentos esses cultivados na defesa do "embranquecimento racial"[3] que o incentivo à imigração européia – de imediato, substituta da mão-de-obra de ex-escravos "negros" – também contribuiria para consolidar. Mas, malgrado resulta daí – ainda que de modo oblíquo – a pertinaz crença nacional nas misturas dentre várias procedências.

Porquanto, espera-se, hoje, a salvo de obscurantismos políticos ou acadêmicos, buscar questionar e compreender a partir de seus próprios paradigmas a constelação imagética brasileira conformada e confrontada por 'nós diversos' a se fazer reconhecer...

Ademais, convém salientar: às apropriações destes sujeitos estudados quanto à etnia ou seus derivados nocionais aproximam-se de aspectos anotados em pesquisas, por exemplo, realizadas dentre estudantes universitários portugueses – representações arroladas no período da campanha denominada de *Ano Europeu Contra o Racismo* (cf. Cabecinhas, 2003) – ou seja, não tendem a distinguir 'grupo étnico' de 'raça', esta envolve a percepção da etnicidade.

Tais observações indicam a resistência ideológica do marcador 'racial' que traz a carga persistente de séculos forjando "concepções de mundo". Apoiada nos ditos cânones científicos erigidos pelo "pensamento clássico da modernidade" (cf. Morin, 2000) e então disseminados conformaram-no "senso comum" (cf. Gramsci, op. cit.). Gobineau e outros (por exemplo, no Brasil: Nina Rodrigues etc.) que o cultivaram em suas racistas elucubrações deram-lhe ares de 'racionalismo'.

Resta assinalar: o esforço ora intentado visa sinalizar a relevância da sistemática crítica dos sistemas representativos (isto é, sustentados por variadas agências societárias e enunciados pelos atores sociais) enquanto pertinente, ajustado e basilar recurso pedagógico. Sobretudo, se o compromisso primordial concerne à formação docente (mormente em discentes de nível universitário).

A essencialidade dessa 'pedagogia crítica das representações' – como aqui se nomeia – tem sido acentuada no campo das reflexões sobre a educação e seus processos escolarizados. Pensadores do porte de Gramsci, de Paulo Freire, dentre outros, já alertaram para tal problemática e seus efeitos não apenas nas formas de conceber o

[3] Por exemplo, versões *raciológicas* de: Silvio Romero (1871), Nina Rodrigues (s.d), Oliveira Vianna (1938).

mundo e de renová-las, mas também na construção de uma práxis que permita agir para refazê-lo[4].

Sob inspiração destas 'luzes' trazidas por espíritos questionadores da simples aceitação de 'fórmulas feitas' – consagradas nos costumes, modismos ou outras 'facilidades' e quase sempre acabam conformando por acomodação – que se procurou impulsionar este ensaio de interpretação.

Sem, contudo, deixar de reiterar que o grupo de (85) universitários sob exame expressivamente (e ainda em maioria) legitima em seu "bom senso" – permitindo, portanto, apelar ao "núcleo sadio do senso comum" (cf. Gramsci, 1978) – a eficácia simbólica e política da auto-identificação nacional e descarta, por ser estranho a sua experiência coletiva, o demarcador étnico e a imagética de *'etnicizar'* ou fragmentar em etnias à sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas Citadas

BOOTH, William (1998). One Nation, Indivisible: is it History? In: www.washingtonpost.com, 22/02/98.

CABECINHAS, Rosa e AMÂNCIO, Lígia, (2003). A Naturalização da Diferença: representações sobre raça e grupo étnico. *III Jornada Internacional e I Conferência Brasileira sobre Representações Sociais*. In: CD-ROM Textos Completos (GTD: Memória e Cultura). Rio de Janeiro, L'École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Maisons des Sciences de L'Homme, UERJ, UFRJ, FAPERJ, CAPES, CNPq.

CUNHA, Manuela C., (1983). Parecer sobre os Critérios de Identidade Étnica. In: *Índio e a Cidadania*, São Paulo, Brasiliense/Comissão Pró-Índio.

DA MATTA, Roberto, (1979). *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar.

FREIRE, Paulo, (1998). *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____, (1987). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____, (1981). *Ideologia e educação: reflexões sobre a não neutralidade da educação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____, (1979). *Consciência e história: a práxis educativa de Paulo Freire* (antologia) São Paulo, Loyola.

GRAMSCI, Antonio, (1978). *Concepção Dialética da História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____, (1968). *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

[4] Por exemplo, algumas contribuições a respeito: Gramsci (1978; 1968); P. Freire (1998; 1987; 1981; 1979); B. S. Santos (2001).

MARANHÃO, Helena S. Ponce, (2000). A Diversidade e seus sentidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental: questões prévias. In: *Teias* – Faculdade de Educação - UERJ, ano 1 (jul./dez.), nº 2 /20-29.

MORIN, Edgar, (2000). *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

NINA RODRIGUES, R., (s.d.). *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.

ROMERO, Sílvio, (1871). O Caráter Nacional e as Origens do Povo Brasileiro. In: Mendonça, Carlos Sussekind de, *Sílvio Romero: sua formação intelectual (1851-1880)*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938.

SANTOS, Boaventura de Sousa, (1997). Toward a Multicultural Conception of Human Rights. *Zeitschrift für Rechts-Soziologie* 1/97, 18, Sonderdruck, Westdeutscher Verlag GmbH, Opladen, 1-15.

_____. (2001). *A Critica da Razão Indolente*: *contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

VIANNA, Oliveira, (1938). *Evolução do Povo Brasileiro*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.